



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Cível_Outros |

0011199-98.2014.8.17.0480 Outros Sum

+-----+
| CGJPE |
+-----+

| FLS. |
| 2 |

+-----+

CERTIDÃO

Certifico que na data de hoje, 25.08.14 recebi o presente feito, devidamente registrado eletronicamente sob o nº 0011199-98.2014.8.17.0480

O referido é verdade e dou fé.

Caruaru, 25 de agosto de 2014

José Guiraildo Sobral
Chefe da Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Caruaru .

Do que para constar, lavrei este termo.

Caruaru, 25 de agosto de 2014.

José Guiraildo Sobral
Chefe de Secretaria



18
A
Estado de Pernambuco
Poder Judiciário

Intime-se a parte autora para esclarecer a divergência de endereços informados na inicial e nos documentos acostados, no prazo de 10 (dez) dias.

Caruaru/PE, 25 de agosto de 2014.


JOSÉ TADEU DOS PASSOS E SILVA
JUIZ DE DIREITO

R. h.
do J. B. Juiz de Direito
os presentes autos: 25/08/2014.



ELAINE CRISTINA LIMA
CARUARU/PE 27/08/2014

Autentico
Petru

→ 2014.703.37442

sem 14/11/2014

φ

pl nota de desp.

not desp.

ord

26/08

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE CARUARU/PERNAMBUCO**

19
P

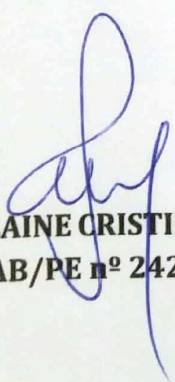
Processo nº 11199-98.2014

213 2014.703.0037492 10-10-2014 11:26 12631 101A

FELIPE FERREIRA DA SILVA, já qualificado, por intermédio de sua procuradora *in fine* firmada, vem a presença de Vossa Excelência, atendendo intimação, DIZER que o seu endereço de residência é RUA DOM PEDRO I, Nº 61, CENTRO, TORITAMA/PE, conforme documentos acostados, que em processos para cobrança de diferença do seguro DPVAT são usados "Modelos", onde se substitui apenas algumas informações, tais como: Nome, RG, CPF, endereço, data de acidente, lesão sofrida, etc..., que em função do famoso "COPIA E COLA" deixou de alterar um dos dados, ou seja, o nome da cidade no preâmbulo da petição inicial usada como do modelo, para fazer constar "TORITAMA".

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Recife, segunda-feira, 29 de Setembro de 2014.


ELAINE CRISTINA LIMA
OAB/PE nº 24204



0011199-98.2014.8.17.0480 Outros Sum

| CGJPE |
|

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Cível_Outros |

20
C
| FLS. |
2

CONCLUSÃO

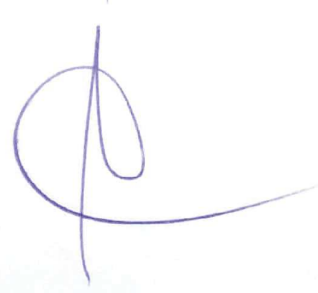
Nesta data faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Caruaru .
Do que para constar, lavrei este termo.

Caruaru, 14 de novembro de 2014.

José Guiraildo Sobral
Chefe de Secretaria

001199 28 2014.8.17.0430 00000000

Retirees - 2014.703.48760
em 05/03/2015



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CARUARU – PE.

PROCESSO Nº 11199-98.2014

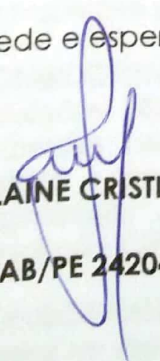
FELIPE FERREIRA DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem, por sua advogada ao final assinado, muito respeitosamente, expor e ao final requerer:

Tendo em vista e a edição da Instrução Normativa nº 16 de 01 de outubro de 2014, que resolveu remeter todos os processos protocolados nesta comarca diretamente para a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem com o intuito de que os mesmos possam participar dos mutirões que ocorrem regularmente e que alcançam um alto índice de acordos, onde as vítimas de acidente de trânsito são submetidas a perícias que determinarão o respectivo grau de invalidez, REQUER DE VOSSA EXCELÊNCIA A REMESSA DO PROCESSO EM EPÍGRAFE para que o mesmo possa ser incluso na pauta dos mencionados mutirões.

Recife, 16 de Dezembro de 2014.

São os termos em que,

Pede e espera deferimento.


ELAINE CRISTINA LIMA

OAB/PE 24204

Comp. 14/11/14
v.
P

213 2014.703.0048740 18-12-2014 16:41 12661 107



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre remessa de processos que versem sobre cobrança de seguro DPVAT, em sua fase inicial de tramitação, para a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Comarca de Caruaru, e dá outras providências.

O Desembargador FREDRICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o grande volume de processos distribuídos diariamente que versam sobre a cobrança de seguro obrigatório DPVAT, no âmbito da Comarca de Caruaru, inclusive de outras comarcas do Estado, uma vez que a competência é relativa e definida pelo próprio segurado;

CONSIDERANDO que são processos facilmente conciliáveis, sendo recomendável que, antes de serem distribuídos, sejam submetidos à tentativa de conciliação, cujo índice de composição amigável é superior a 80%, evitando a sobrecarga do acervo processual das varas cíveis pelo incremento decorrente de sua prévia distribuição;

CONSIDERANDO que a resolução prévia desses conflitos, antes da distribuição e do encaminhamento do respectivo processo para as varas competentes, evitará grandes mobilizações logísticas, com a retirada, carga e devolução desses feitos, quando poderiam ser enviados diretamente da própria Distribuição para a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Comarca de Caruaru;

CONSIDERANDO que, em regime de mutirão, é possível resolver o maior número possível desses litígios, com a concentração das sessões de conciliação e das perícias indispensáveis a sua resolução, esta custeada integralmente pela Seguradora Líder, sem qualquer ônus para a parte ou para o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a redução da taxa de congestionamento processual nas Unidades Judiciárias por onde tramitam feitos atinentes à cobrança de seguro obrigatório DPVAT;

CONSIDERANDO que as Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem, foram criadas para a solução de litígios pela via consensual, no início ou durante tramitação do respectivo processo em juízo;

CONSIDERANDO que as Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem, quando instaladas, são órgãos auxiliares e vinculados a todas as unidades jurisdicionais da respectiva jurisdição, cabendo-lhes, dentre outras atribuições, resolver os conflitos sujeitos à transação, conforme artigos 73 e 74, II, da LC nº 100/2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco), nos termos do art. 52 da Resolução TJPE nº 222/2007;

CONSIDERANDO, por fim, a política nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça no sentido de todos os Tribunais do país constituírem núcleos permanentes de

resolução consensual de conflitos, a fim de auxiliarem a resolução de litígios, no âmbito processual e pré-processual – Resolução CNJ nº 125/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Os processos judiciais de cobrança de seguro DPVAT, quando apresentados na Distribuição do Foro da Comarca de Caruaru, observarão o seguinte trâmite:

I – em havendo expressa concordância da parte autora, com a aposição do seu “de acordo” em formulário próprio, a petição inicial acompanhada dos respectivos documentos, independentemente do pagamento prévio de custas e taxa judiciária, serão distribuídos imediatamente à Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Comarca de Caruaru, com a utilização da classe processual “reclamação pré-processual – código 11875”;

II – não havendo concordância com a remessa, os autos respectivos serão regularmente distribuídos à vara competente;

Art. 2º Durante a realização do Mutirão, o autor será submetido a exame pericial e, em seguida, encaminhado à sessão de tentativa de conciliação, acompanhado do seu respectivo advogado, se for o caso, hipótese em que:

I – efetuado o acordo, a própria Secretaria da Seção de Mutirões fará a evolução da classe processual distribuída para a classe “homologação de transação extrajudicial – código 112”, submetendo os autos ao respectivo juiz coordenador para homologação por sentença;

II – não efetuado o acordo por falta de interesse das partes, lavrar-se-á ata da audiência que será acompanhada do laudo pericial anexado ao processo, que mediante protocolo será devolvido ao setor de Distribuição do Foro para distribuição regular à vara competente;

III – Não comparecendo o autor ao mutirão por motivo não justificado, o processo será mediante protocolo devolvido ao setor de Distribuição do Foro para distribuição regular à vara competente;

Parágrafo único. O laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes será juntado à petição inicial em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo para apreciação judicial, acompanhado do respectivo termo da sessão de conciliação.

Art. 3º As varas cíveis por distribuição poderão remeter, mediante solicitação do juiz coordenador da Central de Conciliação, os processos do seu acervo referentes à cobrança do seguro DPVAT, com remessa e devolução via Judwin.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor no prazo de trinta dias da data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, de outubro de 2014.

Desembargador FREDRICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
Presidente



0011199-98.2014.8.17.0480 Outros Sum

CGJPE

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

FLS.

2Cível_Ou

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Caruaru.

Do que para constar, lavrei este termo.

Caruaru, 5 de março de 2015.

José Guiraildo Sobral
Chefe de Secretaria



74
/

Vistos etc...

FELIPE FERREIRA DA SILVA, qualificado na inicial, requereu ação de cobrança de seguro DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.

Alega em síntese que sofreu acidente de trânsito em 12 de setembro de 2012, do qual resultou sequelas permanentes descritas na inicial, tendo recebido administrativamente parte da indenização devida.

Pede ao final, o pagamento do complemento da indenização para atingir o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Pediu ainda os benefícios da justiça gratuita e a inversão do ônus da prova.

É o breve relato.

No caso dos autos, tenho que a relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo, nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº. 8.078/1990, o que a sujeita à aplicação das normas de proteção insertas no Código de Defesa do Consumidor, que são de ordem pública e de interesse social, envolvendo a aplicação dos princípios da função social do contrato, do equilíbrio contratual, da vulnerabilidade e da boa-fé objetiva.

Inicialmente, cumpre acentuar que o autor não reside nesta cidade (Caruaru/PE), e sim em Toritama/PE (fls. 13) tampouco o acidente objeto da presente ação ocorreu em Caruaru, mas sim, em Vertentes/PE, conforme Boletim de Ocorrência de fls. 11.

No entanto, se depreende que a ação fora ajuizada nesta Comarca, oriunda de uma escolha de foro de forma arbitrária, sem observância dos critérios de divisão de competência, que prejudica inclusive os interesses do consumidor, ora parte autora. De outra banda, insta salientar que embora se trate de questão relacionada à competência territorial, portanto relativa, in casu, resta demonstrado que o autor tem domicílio em Toritama/PE, não havendo justificativa para o ajuizamento da presente demanda nesta Comarca, o que não se apresenta escorreito pela ausência de amparo legal para tanto.

Sendo assim, não há como se ignorar a incompetência deste juízo para análise do pedido exposto na exordial.

Ressalte-se, em que pese a competência territorial ser relativa, não podendo ser declinada "ex officio", consoante, inclusive, a Súmula 33 do STJ, adoto o entendimento majoritária jurisprudência, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, em que a competência territorial, no caso dos autos, por se tratar de relação de consumo,

orientada pelo Código de Defesa do Consumidor, é absoluta, podendo, portanto, ser declinada de ofício.

Sobre o tema, a jurisprudência:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ADESÃO. FORO DE ELEIÇÃO. DECLINAÇÃO DE OFÍCIO. CRITÉRIO TERRITORIAL. ENUNCIADO Nº 33 DA SÚMULA/STJ. MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. ORIENTAÇÃO DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

(...)

IV – A Segunda Seção, na sessão de 13 de maio do corrente ano, houve por bem definir a competência, em se tratando de contratos de adesão, sob a disciplina do Código de Defesa do Consumidor, como absoluta, a autorizar, conseqüentemente, o pronunciamento de ofício do juiz perante o qual ajuizada a causa em primeiro grau. (RESP nº 156.561/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira)"

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR.

- Em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida até mesmo de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor.

- Agravo não provido. (AgRg no CC 127.626/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 17/06/2013)

No caso das demandas que envolve a cobrança de seguro DPVAT, a situação não é diferente. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. DPVAT. COMPETÊNCIA. CONSUMIDOR. Quando se trata de relação de consumo, a competência territorial é absoluta, conforme entendimento do STJ, sendo possível a declinação "ex officio". No entanto, o afastamento da súmula 33 do STJ deve ser compreendido à luz do interesse do consumidor, devendo sempre ser considerada a facilitação de sua defesa em juízo, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, razão pela qual deve ser mantida a ação no foro de escolha da consumidora. **AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.** (Agravo de Instrumento Nº 70063793442, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Menegat, Julgado em 09/03/2015, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/03/2015)

Desta forma, a incompetência pode ser reconhecida, "ex officio", pelo próprio Magistrado, assim como ser alegada pelas partes em qualquer fase do

processo e grau de jurisdição, independentemente de exceção, nos termos do "caput" do art. 113 do CPC, *in verbis*:

"Art. 113. A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.

§ 1º Não sendo, porém, deduzida no prazo da contestação, ou na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, a parte responderá integralmente pelas custas.


§ 2º Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente."

Dessa forma, é competente o foro do domicílio do consumidor, qual seja, Toritama/PE, para o processamento da demanda indenizatória por ser o hipossuficiente da relação. Tal providência tem como finalidade precípua a da facilitação do exercício de defesa por parte do consumidor protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

POSTO ISTO, ante a fundamentação retro, declino de ofício da competência para o processamento da presente, determinando a remessa dos autos para uma das Varas da Comarca de Toritama/PE, para os seus ulteriores trâmites, a quem caberá também se manifestar o requerimento de fls. 21.

INTIMEM-SE E CUMPRA-SE.

Caruaru/PE, 22 de julho de 2015.


JOSÉ TADEU DOS PASSOS E SILVA
JUIZ DE DIREITO

DATA

Nesta data foram-me entregues estes autos.

Do que para constar fiz este termo.

Caruaru, 22 de 07 de 2015

Chefe de Secretaria da 1ª Vara Cível da
Comarca de Caruaru

27/

dh

C E R T I D Ã O

C E R T I F I C O que a Pauta nº 24/2015, para intimação do despacho de fls. 24/26, foi enviada "Via Internet" para a *site* do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a fim de ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, conforme determinado na Resolução nº 260/09, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Judiciário em 31/07/2009.

Caruaru, 31 de julho de 2015.

José Guiraildo Sobral
Chefe de Secretaria

C E R T I D Ã O

C E R T I F I C O que a Pauta nº 24/2015, a que alude à certidão supra, foi disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, edição nº 139, do dia 03 de agosto de 2015, às fls. 1372/1383, e publicada em 04 de ~~julho~~ 08 de 2015, tudo conforme Lei 11.419/2006, Art. 4º, §§ 3 e 4º; Art. 6º § 1º da Resolução 279/09.

Caruaru, 05 de 08 ~~julho~~ de 2015.

José Guiraildo Sobral
Chefe de Secretaria



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE TORITAMA

Fórum Ernesto Herculino Cordeiro

R João Chagas, s/n - Centro Toritama/PE

CEP 55125-000

CERTIDÃO

CERTIFICADO – que, no dia quatorze (14) de agosto do ano em curso, decorreu o prazo da intimação do despacho de fls. 24/26, sem nenhuma manifestação, até o presente pela parte autora, apesar de devidamente intimada, tudo conforme certidões de fls. 27. Certifico ainda que fiz remessa do presente feito à Comarca competente. Somente nesta data em virtude do acúmulo de serviço; Dou fé.

Caruaru, 18 de agosto de 2015.

Chefe de Secret. [Assinatura]

455 2015-839.0003234 26-08-2015 11:54 12878 1VIA



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE TORITAMA

Fórum Ernesto Herculino Cordeiro

R João Chagas, s/n - Centro Toritama/PE

CEP 55125-000

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao(à) Dr(a).
Juiz(a) de Direito, do que, para constar, fiz este
termo.

Toritama/PE, de de 2015.

.....
Téc. Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE TORITAMA

DESPACHO

1. Defiro a gratuidade requerida.
2. **Cite-se** o requerido, por via postal, com aviso de recebimento (AR), com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para audiência de tentativa de conciliação, nos termos do artigo 277 do Código de Processo Civil (rito sumário), para o dia 03/11/15, às 09:30 horas, se ausente o demandado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do referido artigo.
3. Faça-se constar na carta que a parte requerida poderá ser representada por preposto constituído com poderes para transigir, e também que não havendo conciliação deverá oferecer resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e se requerer perícia de logo formulará seus quesitos, podendo indicar assistente técnico (artigo 278 do Código de Processo Civil).

4. **Intimem-se.**

Toritama, 02 de outubro de 2015.

Carlos Neves da Franca Neto Júnior
Juiz Substituto.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Vara Única da Comarca de Toritama
Forum Ernesto Herculino Cordeiro - R JOÃO CHAGAS, s/n - Centro
Toritama/PE CEP: 55125000 Telefone: - Email: - Fax:

31
/

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0001188-50.2015.8.17.1490

Classe: Procedimento Sumário

Expediente nº: 2015.0846.002867

Partes: Requerente FELIPE FERREIRA DA SILVA

Advogado ELAINE CRISTINA LIMA

Requerido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Ilmo(a). Sr(a).:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Endereço: Rua Frei Matias Tevês, nº 280, 5º andar, sala, 507, Ilha do Leite.
Recife/PE

De ordem do Doutor Carlos Neves da Franca Neto Junior, através da presente, fica V.Sa. **citado**, para o fim declarado nos itens abaixo, conforme nos autos:

(X) **Citado** para audiência de tentativa de conciliação, nos termos do artigo 277 do Código de Processo Civil (rito sumário), para o dia 03/11/2015, às 09:30 horas, se ausente o demandado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do referido artigo.

Observação: A parte requerida poderá ser representada por preposto constituído com poderes para transigir, e também que não havendo conciliação deverá oferecer resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e se requerer perícia de logo formulará seus quesitos, podendo indicar assistente técnico (artigo 278 do Código de Processo Civil).

Toritama (PE), 15/10/2015.

Atenciosamente,

Diego Francilino de Melo
Chefe de Secretaria

10

Postado em 16/10/15

Com ☐ Sem ☐ Registro An ☒

Nº Reg. 9

Téc. Judiciário



32
A

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Vara Unica da Comarca de Toritama
Forum Ernesto Herculino Cordeiro - R João Chagas, s/n - Centro Toritama/PE CEP: 55125000
Telefone: (081)3741.1213

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins, que foi publicada no dia 16 de outubro de 2015 no Diário de Justiça Eletrônico, a pauta que segue em anexo. O referido é verdade e dou fé. Toritama/PE, 16 de outubro de 2015. Eu Tercio Irineu Ribeiro, (Tercio Irineu Ribeiro), Técnico Judiciário, digitei e subscrevi

Toritama - Vara Única

Juiz Substituto: Carlos Neves da Franca Neto Junior

Chefe de Secretaria: Diego Francilino de Melo

Pela presente, fica o advogado, abaixo mencionado, intimado por este Juízo da AUDIÊNCIA DESIGNADA no processo abaixo:

Processo Nº 0000830-85.2015.8.17.1490

Natureza da Ação: Cobrança

Autor: Faculdade do Vale do Ipojuca - FAVIP

Advogado: PE 20.244 – Andre Luis Passos Nogueira

Réu: Djalma Bruno Ribeiro da Silva

Audiência de Tentativa de Conciliação no dia 03/11/2015 às 09h:00 min.

Pela presente, fica o advogado, abaixo mencionado, intimado por este Juízo da AUDIÊNCIA DESIGNADA no processo abaixo:

Processo Nº 0000831-70.2015.8.17.1490

Natureza da Ação: Cobrança

Autor: Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca - FAVIP

Advogado: PE 20.244 – Andre Luis Passos Nogueira

Réu: Severino Cabral da Silva

Réu: Maria Silvana Cabral Tavares

Audiência de Tentativa de Conciliação no dia 03/11/2015 às 09h:10 min.

Pela presente, fica o advogado, abaixo mencionado, intimado por este Juízo da AUDIÊNCIA DESIGNADA no processo abaixo:

Processo Nº 0000832-55.2015.8.17.1490

Natureza da Ação: Cobrança

Autor: Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca - FAVIP

Advogado: PE 20.244 – Andre Luis Passos Nogueira

Réu: Caio Cezar de Lima Silva

Réu: Maria Valdenice de Lima Silva

Audiência de Tentativa de Conciliação no dia 03/11/2015 às 09h:20 min.

Pela presente, fica a advogada, abaixo mencionada, intimada por este Juízo da AUDIÊNCIA DESIGNADA no processo abaixo:

Processo Nº 0001188-50.2015.8.17.1490

Natureza da Ação: Cobrança (DPVAT)

Autor: Felipe Pereira da Silva

Advogado: PE 24.204 – Elaine Cristina Lima

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Audiência de tentativa de Conciliação no dia 03/11/2015 às 09h:30min

Juiz Substituto: Carlos Neves da Franca Neto Junior

Chefe de Secretaria : Diego Francilino de Melo

Pela presente, fica o advogado, abaixo mencionado, intimado por este Juízo do DESPACHO no processo abaixo:

Termo de Audiência



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário


Comarca de Toritama-PE

34

Dados do Processo	
Cobrança	Processo nº 1188-50.2015
Partes:	

Promovente: Felipe Ferreira da Silva

Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze (2015), nesta cidade e Comarca de Toritama-PE, na sala de audiência do Fórum Ernesto Herculino Cordeiro, presente o **Dr. CARLOS NEVES DA FRANCA NETO JÚNIOR**, MM. Juiz Substituto desta Comarca, comigo técnica judiciária, adiante nomeada e no final assinada. Ordenou o Exmo. Dr. Juiz que declarasse aberta a Audiência de tentativa de conciliação e apregoasse as Partes, o que foi feito, estando ausente o requerente, apesar de ter sido devidamente intimado, ausente a parte demandada. Iniciada a audiência verificou-se a impossibilidade de realização da mesma, tendo em vista que até a presente data não houve retorno do aviso de recebimento expedido para fins de intimação da requerida. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** "Aguardem-se os autos em cartório até o retorno do aviso do recebimento, após voltem-me os autos conclusos para decisão". Nada mais havendo a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que segue assinado pelos presentes. Eu,  (Suênia Batista de Andrade), Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.

JUIZ SUBSTITUTO: 

JUNTADA

Nesta data faço estes autos RETORNO
de correspondência que adiante
se vê; do que para constar, fiz este termo.

Toritama, 23 de 11 de 15


Téc. Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Ilmo Sr(a)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
R. Frei Matias Trus, 280 5º andar, sala 507, Edifício do Leite-Paincoandu

Recp: 17E

Exp: 500 70-970



EMPRESA RESPONSÁVEL POR ESTE CORREIO
ASSINATURA: _____
CDD 004 VISTA-5
CORREIO
26 OUT 2015
NÚMERO INSCRIÇÃO: ☐ INF. FORNECIDA
END. PARA ENTREGA: ☐ P.O. PORTA-ENTRADA
FALTAU: ☐ REINTEGRAÇÃO SERVIÇO POS
Ass. Mat.

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
Correios
AR ☒ MP ☐
PESO / WEIGHT (kg)
JO 22781787 5 BR
Barcode

35

Tec. Jud. ...



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE TORITAMA

Fórum Ernesto Herculino Cordeiro
Rua João Chagas, s/nº, Centro, Toritama - PE
CEP 55125-000

Processo nº 0001188-50.2015.8.17.1490

DESPACHO

Cite-se a ré na R. Senador Dantas 74, 15º andar – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-205

Toritama/PE, 28 de fevereiro de 2018.

Thiago Meirelles Silva dos Santos
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Vara Única da Comarca de Toritama
Forum Ernesto Herculino Cordeiro - R JOÃO CHAGAS, s/n - Centro
Toritama/PE CEP: 55125000 Telefone: - Email: - Fax:

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0001188-50.2015.8.17.1490

Classe: Procedimento Sumário

Expediente nº: 2019.0846.000111

Partes: Requerente FELIPE FERREIRA DA SILVA

Advogado ELAINE CRISTINA LIMA

Requerido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

De ordem do Dr. Augusto César de Sousa Arruda, Juiz de Direito em exercício cumulativo na Vara Única da Comarca de Toritama, em virtude da lei, etc...

Ilmo(a). Sr(a).:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, por seu representante legal.

Endereço: AV SENADOR DANTAS, 74, 15º andar, Centro.

Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205.

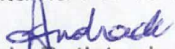
Através da presente, fica V.Sa. "citado", para o fim declarado no(s) item(ns) abaixo, conforme nos autos:

(...) Oferecer contestação, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na sua petição inicial - Art. 285, CPC (parte final).

Eu, Suenia Batista de Andrade, Técnico Judiciário, o digitei e submeti à conferência e subscrição da Chefia de Secretaria.

DECLARO, para os devidos fins, que eu, Suenia Batista de Andrade, subscrevo este expediente por ordem do(a) MM. Juiz(a) desta Comarca. Provimento nº 002/2010 – CGJ-TJPE

Toritama-PE 15/01/2019


Suenia Batista de Andrade
Assessor de magistrado

Postado em 28/01/19
Com ☐ Sem ☐ Registro Ar ☒
Nº Reg. 620

Téc. Judiciário